

A TEORIA DO CONHECIMENTO EM ARQUIVOLOGIA E SUAS IMPLICAÇÕES, A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DE SEU (S) OBJETO (S) DE ESTUDO¹

Daniele de Vargas Michelotti

Arquivista e Pós-Graduanda em Gestão em Arquivos UFSM.

E-mail: danimichelotti@gmail.com

Glauca Vieira Ramos Konrad

Prof. Dra. do Departamento de Documentação e Curso de Arquivologia de UFSM

E-mail: glauca-k@uol.com.br

Resumo: Na Arquivologia existe a dualidade de conceitos para o objeto de estudo desta área: documento e informação. O estudo foi embasado na identificação de conceitos utilizados por diferentes autores que estabelecem definições de objeto de estudo. O objetivo geral consistiu em identificar os caminhos que conduzem a teoria do conhecimento em Arquivologia e suas implicações, partindo da identificação de seu(s) objeto(s) de estudo e como objetivos específicos: contribuir com as reflexões epistemológicas da área; colaborar na busca de elementos que proporcionem fundamentação teórica da arquivologia enquanto área de conhecimento; contextualizar o desenvolvimento dos conceitos dos objetos da arquivologia. A metodologia foi a reflexão descritiva, de caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica. Entende-se que tanto os princípios, teorias quanto os objetos científicos de uma área, são frutos de construções e contextos que se formaram durante seu desenvolvimento e vão sendo revisitados/repensados, modificando-se durante o tempo. Acredita-se não ser possível desvincular informação e documento, portanto, considera-se como objeto de estudo da Arquivologia, o documento de arquivo com a finalidade de dar acesso à informação.

Palavras chave: Arquivologia. Documento. Informação.



¹ Banca de avaliação de TCC: Carlos Blaya/UFSM: carlosblaya@hotmail.com e Danilo Barbiero/UFSM: perquire16@gmail.com; Orientadora: Glauca Vieira Ramos Konrad /UFSM: glauca-k@uol.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Diante de uma inquietação e frequentes dúvidas a respeito do objeto de estudo da Arquivologia, procurou-se aprofundar a pesquisa enquanto acadêmica do curso de Arquivologia da UFSM, desta forma partindo da importância da investigação para adquirir mais conhecimento em relação à evolução dos arquivos e de seu (s) objeto (s) de estudo. O presente esboço foi baseado na literatura arquivística, onde pretendeu-se identificar, ou apenas compreender e delimitar o (s) objeto (s) de estudo do referido campo e suas implicações para essa área do conhecimento.

É de entendimento notório no campo arquivístico a dualidade (documento e informação) de conceitos para o objeto de estudo desta área. Acredita-se que em diferentes momentos e linhas de pesquisa, este passou de documento, ligado a importância do suporte, para a informação, destacando que esta seria mais relevante de preservação do que seu suporte original. Por meio das discussões e reflexões ao longo das atividades desenvolvidas no curso de Arquivologia, tais questões se tornaram de grande curiosidade para desenvolver uma pesquisa.

No intuito de refletir sobre a possibilidade de maior cientificidade no seu desenvolvimento, enquanto área do conhecimento, o estudo será feito e embasado através da identificação de conceitos utilizados por diferentes autores que se posicionam e estabelecem conceitos de objeto de estudo, de acordo com os enunciados na literatura da área.

A relevância de um estudo que abrange tais questões pode ser vista na citação feita por Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2000, p.64), no qual salientam que

Para saber construir o objeto e conhecer o objeto que é construído é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é consciente e metodicamente construído, e é necessário conhecer tudo isso para nos interrogarmos sobre as técnicas de construção das perguntas formuladas ao objeto.

De acordo com Garcia e Schuch Junior (2002), o campo da arquivística encontra-se em processo de desenvolvimento, entretanto, está presente na comunidade a insatisfação com os limites teóricos, devido a carência de pesquisas científicas na área. Assim, entende-se que a arquivologia e suas formas de se organizar e refletir são decisivas para a produção do conhecimento, para que novos espaços de produção do saber e da pesquisa, onde uma nova pauta de reflexões sobre a redefinição dos objetos prioritários da arquivologia no Brasil se torna bastante relevante, e com o objetivo de contribuir para o aprimoramento de tais questões justifica-se o presente estudo. A metodologia utilizada para a realização deste estudo caracteriza-se como uma reflexão descritiva, de caráter qualitativo fundamentada em pesquisa bibliográfica.

Tendo tais questões como premissas, formulou-se o seguinte objetivo geral: identificar os caminhos que conduzem a prática arquivística e a teoria do conhecimento em arquivologia e suas implicações, partindo da identificação de seu (s) objeto (s) de estudo. Os objetivos específicos elencados foram: contribuir com as reflexões epistemológicas da área, no que se refere a seu objeto de estudo; colaborar na busca de elementos que proporcionem fundamentação teórica da arquivologia enquanto área de conhecimento e por fim contextualizar o desenvolvimento dos conceitos dos objetos da arquivologia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o desenvolvimento da tecnologia da informação, a produção de documentos arquivísticos transformou-se por completo. A partir do final do século XX, com o aumento da massa documental e as novas formas de produção de documentos advindas das tecnologias de informação que vem influenciando a Arquivística, tem encaminhado os profissionais da área a repensar os conceitos e princípios arquivísticos. Este repensar tem a finalidade de delinear melhor os seus objetivos e objetos de estudo para que a arquivologia se firme enquanto área de

conhecimento no mundo contemporâneo (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011), salientando dessa maneira a importância da pesquisa na busca desse conhecimento. Nesse sentido Jardim (2012, p. 136) destaca que

A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é fundamental, portanto, refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo.

Fonseca (2005), indica que há uma possível renovação do pensamento arquivístico dominante, tendo como consequência um novo rol de reflexões, gerando subsídios para um novo campo autônomo de saber da arquivologia, mais especificamente no que se refere a rediscutir seus objetos e objetivos.

Partindo desse ponto de vista, considera-se importante ressaltar que de acordo com Schmidt (2012), a relevância de refletir sobre o estatuto científico da arquivologia no que se refere ao seu objeto de estudo. Procurou-se a partir de uma melhor compreensão de como e de em que termos, contextos, os debates e discussões sobre tais aspectos ocorrem e quais seus prováveis desdobramentos nas bases epistemológicas e conceituais da Arquivologia, assim como as dificuldades que ocasionam, e que são relativos aos seus princípios/funções e da maneira como se compreende seu objeto de estudo (objeto científico).

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

O interesse por uma ponderação sistemática, mais aprofundada sobre o surgimento da arquivologia enquanto área de conhecimento com limites e fronteiras bem definidos, conforme relata Fonseca (2005), não tem sido uma questão prioritária entre os profissionais da área. Igualmente, assegura que os textos que

tratam dessa questão, ainda que sejam poucos, afirmam que a história dos registros arquivísticos confunde-se com a história das civilizações humanas pós-escrita.

Fonseca (2005) considera que os primórdios da arquivologia datam do século XVI, quando rotinas da profissão começam a ser desenvolvidas e são regulamentadas normas. Duranti (*apud* FONSECA, 2005) ajuíza que os primeiros indícios da arquivística podem ser encontrados na obra de Dom Jean Mabillon sobre diplomática (1681), intitulada *De re Diplomática VI*. Entretanto a maioria dos estudiosos da área garante que a Arquivologia enquanto disciplina científica surgiu a partir do século XIX desenvolvendo-se de maneira interligada com as questões políticas e sociais relativas à Revolução Francesa (1789).

Todavia, foi a partir da publicação do Manual dos Holandeses em 1898, que foram definidas duas questões: o fortalecimento das origens do padrão arquivístico (princípio da proveniência e da ordem original) e, a crise originada pela evolução tecnológica associada a crescente produção documental. Surge, dessa forma outros delineamentos na área, como o entendimento de arquivos correntes e intermediário, a teoria das três idades ou do ciclo de vida dos documentos, os conceitos de valor primário e valor secundário e dos *records management* em oposição aos arquivos históricos.

Decorrente de discussões e debates na área no final do século XX e século XXI, Fonseca (2005, p. 9) aponta que dois entendimentos se mostram como dominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento em arquivologia. Um que identifica o momento atual como sendo de uma mudança de paradigma, e outro que entende o momento como sendo de inserção da Arquivologia na modernidade, sendo que estas duas questões não são excludentes. Tais reflexões sugerem mudanças importantes no arcabouço arquivístico, de modo que haja o deslocamento de seu objeto de estudo que era o arquivo para a informação arquivística.

Desse desenvolvimento resultam vários conceitos e princípios da arquivologia, utilizados ainda hoje. Assim pode-se

citar Bellotto (2006), que afirma que a arquivística trata das normas, técnicas e procedimentos utilizados na constituição, organização, desenvolvimento e utilização de arquivos. Tendo isso em vista, infere-se que a Arquivística é uma Ciência/disciplina que busca gerenciar todas as informações que possam ser registradas em documentos de arquivos de acordo com princípios, normas, técnicas e procedimentos diversos, que são aplicados nos processos de composição, análise, identificação, organização, classificação, processamento, desenvolvimento, utilização, difusão, fornecimento, armazenamento, acesso e recuperação de informações.

Rodrigues (2008) salienta ainda, que desde os anos 80 constata-se que em diferentes países e que diversos estudiosos da Arquivologia vêm buscando pela cientificidade da área, o que é marcado pela investigação de seus fundamentos teóricos, pautados na reflexão sobre seu objeto e método. O resultado desta busca pela teoria arquivística está registrada na produção de livros e artigos publicados em revistas especializadas e em coletâneas de estudos. Os países que mais tem investido na pesquisa, são Estados Unidos e Canadá, apesar de a Europa não se encontrar alheia a este processo de produção do conhecimento científico.

Ao discorrer sobre essa temática, Santos (2015, p. 37), salienta que "ao analisar as definições de ciência, disciplina científica e campo científico, a partir das referências utilizadas nesta pesquisa, é possível considerar que Arquivística cumpre os requisitos que caracterizam todos eles", podendo dessa maneira ser denominada por qualquer desses termos.

Tognoli (2011) descreve que no Brasil, dentro da composição das agências de fomento à pesquisa, a Ciência da Informação está colocada no arcabouço das "Ciências Sociais Aplicadas", englobando a Arquivística, a Biblioteconomia e a Museologia, denominadas por alguns autores como as três Marias. Tal entendimento posiciona como grande área a Ciência da Informação, que abarca as demais buscando garantir que a informação institucionalizada e registrada tenha condições de ser

acessada e disseminada de modo célere e eficaz. Assim nessa conjuntura, tanto a Arquivística quanto as demais disciplinas citadas, aparecem como práticas de uma ciência maior, sendo que esta possui a finalidade de estudar os processos em que se produz, organiza e se utiliza dessa informação, enquanto que as outras disciplinas colocam em prática esses procedimentos.

Segundo Tognoli (2011) essa é uma visão que ainda é bastante discutida no campo arquivístico, entendendo-se que documento e informação devem estar sempre integrados uma vez que a informação está sempre registrada em um suporte, para que tenha condições de ser processada, organizada e utilizada.

2.2 CORRENTES TEÓRICAS E SUAS DIFERENTES PERIODIZAÇÕES NA ÁREA DA ARQUIVOLOGIA

Conforme Bartalo e Moreno (2008), pode-se basicamente assinalar a existência de duas correntes de pensamento na área da Arquivologia, sendo a primeira a arquivística tradicional ou europeia, e a outra o *records management*, possuindo uma visão com caráter mais administrativo.

No que tange a arquivística tradicional, os mesmos autores afirmam que esta privilegia os arquivos históricos, ou seja, arquivos de caráter permanente, sendo mais conservadora e ressaltando a conservação dos acervos. Primava pela passagem direta da fase administrativa para a fase permanente, tendo como principal representante Sir Hilary Jenkinson.

Diversos autores destacam distintas fases ou períodos pelos quais a arquivologia se desenvolveu e vem se desenvolvendo. Devido a esse fator e a partir das leituras realizadas, elencou-se a periodização histórico-epistemológica defendida por Schmidt (2012) como base para discorrer sobre as diferentes periodizações na arquivologia por entender que esta colocou-se de forma mais abrangente.

Tal escolha também se deu, devido a autora citada ter realizado um extenso estudo de autores renomados na área e de variadas nacionalidades, além do estudo de manuais clássicos para a confecção de tal estrutura.

Para melhor entendimento da periodização proposta Schimidt (2012), a mesma elaborou um quadro no qual identifica a arquivologia clássica ou tradicional como sendo a fase de confecção de Manuais; arquivologia moderna que divide-se em *Records and Archives*, *Records management* e Sistemas de séries; e arquivologia contemporânea que possui várias abordagens dividindo-as em : *Records Continuum*, pós- custodial, arquivística integrada, arquivística funcional ou pós moderna, diplomática arquivística ou contemporânea e estudos sobre tipologia documental e identificação.

2.3 A PERIODIZAÇÃO DOS ARQUIVOS E TEORIAS CORRESPONDENTES

De acordo com Schmidt (2012), pode-se dividir a periodização na Arquivologia em: História dos arquivos, Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna e Arquivologia Contemporânea. É de fundamental importância salientar que a autora ao definir tal periodização possui a intenção, de que esta seja uma opção para entender a constituição e desenvolvimento da área, apenas no sentido de compreender, a partir de contextos e fenômenos específicos, as diferenças que se estabeleceram relativas a seu estatuto científico, servindo de opção didática e metodológica.

Em relação a *História dos Arquivos*, a autora entende este como o período compreendido desde a invenção da escrita até meados da Revolução Francesa no ano de 1789. Abrange os períodos que a historiografia tradicional denominada de antiguidade, Idade Média e Época Moderna. Deste modo pode-se afirmar que se refere ao processo de desenvolvimento na área dos arquivos, que antecede a afirmação oficial de arquivo enquanto

instituição, estendendo-se das necessidades do homem em produzir e guardar documentos até o entendimento de arquivo com um campo do serviço público, ou seja, uma fase anterior a afirmação de arquivo enquanto instituição oficial. A autora descreve que o período por ela denominado como *História dos arquivos* como sendo aquele em que a preocupação encontra-se pautada com a preservação do que está relacionado a bens e direitos, arquivos como fonte de história, caracterizado de maneira patrimonial e administrativa, onde adotavam um sistema de classificação teórico indutivo sendo feito por assunto. Após surgem os Arquivos de Estado, sendo pensado enquanto arsenal jurídico e político, dando início as construções teóricas.

No que se refere a *Arquivologia Clássica*, Schimidt (2012, p. 104) considera que esta "se configura até o Pós Segunda Guerra Mundial, meados da década de 1940. Neste tempo, a reorganização da ordem mundial demanda novos usos dos arquivos", ocasião onde se configura o período denominado de *Arquivologia Moderna*, na qual seus métodos e teorias vão se expandindo até o final da década de 1980. Esta é considerada uma fase de transição e o princípio do que autora define como *Arquivologia Contemporânea*.

Em relação a *Arquivologia Clássica*, a mesma afirma que é uma fase onde o documento de arquivo é entendido no seu conjunto orgânico, servindo de fonte de pesquisa e de valor de prova e garantia de direitos, sendo o objeto do qual partia de maneira inicial os princípios e algumas das funções da disciplina, no intuito de organizar, preservar e proporcionar acesso aos documentos.

Este é um período no qual se iniciam as confecções de manuais, sendo o mais conhecido o Manual dos Arquivistas Holandeses, com o objetivo de analisar os problemas relativos ao trabalho com arquivos, tendo como principais representantes os arquivistas Holandeses Mueller, Feith e Fruin, responsáveis pela confecção do referido manual, além de outros estudiosos como Eugenio Casanova, Adolf Brennek e Hilary Jenkinson. Isto

significa dizer que definir esse período é abordar a questão da interação entre teoria e prática, através do esforço da comunidade arquivística em consolidá-la enquanto área do saber autônoma, baseando-se nos postulados da organicidade dos documentos de arquivo, no princípio da proveniência e da ordem original. Fase que possui como principais características a normalização das atividades com documentos públicos considerados históricos, descrição, arranjo e inventário, ordenação, catalogação, guias e índices, classificação por função de produção, diferenciação entre documentos produzidos e acumulados, ideia de custódia contínua, avaliação pela administração produtora, imparcialidade, autenticidade, evidência de prova, naturalidade e interdependência. Embora nessa fase não tenha sido encontrado pela autora referências sobre qual é o objeto científico da arquivologia, esta infere que foi desde a necessidade dos arquivistas em organizar e classificar seu objeto de trabalho que se estabeleceu a noção de uma ciência para os arquivos e ainda que não seja assim classificado, aponta como seu objeto científico o documento de arquivo. Schimidt (2012) considera que definir esse período significa refletir a interação entre a teoria e a prática (o saber e o fazer), a ênfase dada aos documentos históricos, o entendimento dos arquivos como instituições de caráter público, o desenvolvimento de princípios que proporcionaram a autonomia da arquivologia em relação a outras ciências, a confecção de manuais. Estabelece o campo arquivístico como científico através do delineamento de sua autonomia teórica e metodológica, tendo como centro de análise o documento de arquivo.

No tocante a *Arquivologia Moderna*, Schimidt (2012, p. 146) aponta que com o desenvolvimento tecnológico, o significativo crescimento da produção documental e as diferentes atribuições perpetradas ao documento de arquivo a partir da segunda metade do século XX, pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos começam a se preocupar com o campo dos arquivos. É também o momento da "institucionalização da Ciência da Informação, da valorização das chamadas Ciências

Sociais e do crescimento na produção de informação científica bem como as produzidas nas estruturas administrativas". Decorrente da preocupação com os documentos administrativos, diferentemente da concepção que vinha predominando até então (foco nos documentos históricos) e na qual os princípios da arquivologia vinham sendo constituídos, houve o deslocamento da atenção dos documentos históricos para os documentos recém produzidos, pois eram nestes que as informações estavam registradas oriundas das atividades administrativas e científicas realizadas pelo governo americano, decorrentes do grande aumento da produção de documentos e do imperativo de organizá-los. Resultante de tais necessidades o governo norte-americano sancionou a lei de arquivos, no ano de 1950, promulgando a gestão de documentos intitulada de *Records Management*, que estabelecia como foco a eficácia administrativa.

Nesse sentido, a autora afirma que o processo histórico relativo a necessidade em organizar a informação e promover a produção do conhecimento ganhou outro significado dado pelos americanos, advindas da ampliação da produção da informação científica e tecnológica no campo dos arquivos, pois tais informações estavam registradas nos mencionados documentos. Tendo em vista o exposto o *Records Management* pode ser considerado como "o resultado de necessidades administrativas e econômicas do governo relacionadas a produção e tramitação dos documentos nos serviços administrativos, indo além de ser uma questão propriamente arquivística." (SCHIMIDT, 2012, p. 150). O mais reconhecido representante dessa fase é Theodore Roosevelt Schellenberg, autor do livro "Arquivos Modernos, princípios e técnicas" e suas teorias para avaliação de documentos.

Outra abordagem que surgiu no período dos "arquivos modernos", segundo Schmidt (2012), é o sistema de séries proposto pelo australiano Peter Scott. De acordo com este sistema, se recomendava a possibilidade de descrever as relações existentes entre os documentos, seus criadores e os processos que o exigiram, abrangendo dessa maneira toda a dinâmica de trâmite

documental, independente da ocorrência de inconstâncias administrativas. O estudioso preconizava que

Esse "sistema de séries" constitui uma abordagem dinâmica para controle intelectual dos documentos- a Classificação, e permite que qualquer conjunto de documentos, tanto os em processo de trâmite como os já arquivados, possam ser vistos através de múltiplos prismas contextuais através de estratégias de Descrição capazes de espelhar a natureza dinâmica da criação de documentos. Ou seja, entendemos essa proposta como um modelo que respeita o Princípio da Proveniência e, diferente dos americanos que trabalham com subgrupos baseados na estrutura administrativa, partem das séries de documentos criadas pelas funções para então classificá-los. (SCHIMIDT, 2012, p. 161).

Schimidt (2012), afirma que ao contrário de Schellenberg, que desenvolveu suas teorias baseando-se na função Avaliação, Scott produziu suas reflexões com base na função Descrição, entendendo-a enquanto passível de aplicação aos documentos modernos e não somente aos históricos como era usualmente aceito até então. A descrição deveria então ser a função capaz de manter a classificação intelectual dos documentos pertencentes ao fundo, partindo das séries documentais pertencentes a uma mesma função, no qual a descrição deveria ser realizada em dois níveis: um relativo ao contexto e função de produção e outro para o conjunto documental.

Também no período "moderno" da Arquivologia, a autora citada no parágrafo acima, relata que pudesse notar a ampliação a respeito de questões teóricas envolvendo a área, incluindo nesse rol outros documentos, como os administrativos e não apenas os permanentes. A partir disso, a área foi se consolidando no campo científico, princípios foram sendo adaptados e disseminados, foram desenvolvidas novas teorias e entendimentos como a teoria das três idades e o ciclo vital de documentos, questões que vão além das preocupações com a conservação dos suportes, sendo

ferramentas que auxiliaram para enfrentar a realidade existente. Como no período da arquivologia clássica, também no período moderno a autora chama a atenção para o fato de que todo o desenvolvimento está concentrado no objeto de trabalho dos arquivistas, sendo este compreendido como sendo o documento de arquivo, ainda que materializado em suportes que não existiam anteriormente, não sendo encontradas referências ou diferentes posicionamentos sobre qual venha a ser o objeto científico da arquivologia nessa época.

Considera-se importante também colocar em destaque a afirmação de Schimidt (2012, p 177), onde diz que ao final da década de 80 “o progresso da tecnologia documental acarreta na desmaterialização entre a informação e o suporte, definido assim o que se convencionou como "mudança de paradigmas para a Arquivologia"” ocasionando com isso também as discussões, mudanças ou ampliação do seu objeto científico.

Nesse momento em que se questionam vários aspectos da teoria arquivística, repensando inclusive seu estatuto científico, fatos decorrentes das mudanças tecnológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais é que Schimidt (2012) considera como a fase a qual convencionou chamar de *Arquivologia Contemporânea*. Tais indagações incluem a reflexão a respeito dos princípios, métodos, funções e teorias que se colocam nesse debate a fim de serem repensados, adaptados, redescobertos, revisitados e modificados, questões que influenciam também os modos a partir dos quais os documentos de arquivo, compreendido como objeto de trabalho dos arquivistas, são produzidos.

Decorrente desses movimentos há nesse sentido a tendência em se discutir a mudança de paradigma da arquivologia, deslocando-se do que consideram como abordagens tradicionais e custodiais, que possuíam enfoque nos documentos históricos em suporte físico, para abordagens que autointitulam como pós-modernas e pós-custodiais e que têm como ênfase a informação e o processo de produção documental. É importante destacar que dentro do que a autora citada considera "*Arquivologia*

Contemporânea" trafegam diferentes abordagens, que são: *Records continuum*, Pós- custodial, Arquivística integrada, Arquivística funcional ou pós-moderna, Diplomática arquivística ou contemporânea e Estudos sobre tipologia documental e identificação.

Relativo a abordagem *Records Continnum*, trata-se, segundo Schmidt (2012), de um modelo aplicado como ferramenta que possui como intuito ensinar a respeito de problemáticas pautadas no valor de prova dos documentos em meio eletrônico, idealizada na Austrália, por Frank Upward em 1996. Assim sendo fundamenta-se em quatro eixos que interagem permanentemente: a produção, reunião, organização e acesso aos documentos de arquivo, caracterizando um processo contínuo de gestão desde a criação dos documentos. Defende a unificação da gestão documental, substituindo a ideia linear do ciclo de vida dos documentos, pois entendem que estes circulam infinitamente, mantendo uma estreita ligação entre passado presente e futuro.

A Arquivística Pós- custodial tem como principais representantes os portugueses Armando Malheiros da Silva e Fernanda Ribeiro, que pensam a arquivologia como sendo uma disciplina que se encontra inserida em uma ciência maior- a ciência da informação- abrangendo além da arquivologia outras disciplinas como a biblioteconomia por exemplo, conforme é exposto por Schmidt (2012). Acredita que se possa constituir um paradigma científico para o campo arquivístico apenas quando inserido na perspectiva informacional pós- custodial, contrariando as antigas atribuições custodiais, patrimonialistas e tecnicistas, evidenciando que a visão pós-custodial preocupa-se mais com os pontos científicos e com o acesso a informação do que com a custódia ou guarda dos documentos, revelando a noção de o documento em suporte físico se encontrar diante da desvinculação entre a informação e seu suporte.

A Arquivística integrada desenvolvida no Canadá na década de 1980, por Rousseau e Couture (1998) propõe uma arquivística que atenta para o tratamento da informação desde seu nascimento

até sua destinação final, sendo entendida como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que administram as funções de gestão nos arquivos com finalidade de (re) construção da área e sua (re) condução ao nível de disciplina científica. Para Lopes citado pelos mesmos autores, "a arquivística integrada é a única a propor a transformação da arquivística numa disciplina científica, que se preocupa com o tratamento global das informações, da sua criação até o destino final".

A Arquivística funcional ou pós-moderna tem origem canadense, nascida no final da década de 1980, sendo que de acordo com Schmidt (2012) surge das ideias do inglês Hugh Taylor e é aprofundada por Terry Cook que é hoje considerado seu principal representante. Defende um discurso no campo epistemológico de desenvolvimento de um novo paradigma científico, que sejam revisitados e repensados os princípios, funções e métodos arquivísticos afim de se adaptarem aos dias atuais (mundo pós-moderno), mudança esta que engloba o contexto ideológico e sócio- cultural de produção de documentos que "estabelece que nem o autor e nem o contexto deve ser separado da análise documental, pois nada é neutro" (SCHMIDT, 2012, p. 203). Faz críticas especificamente as qualidades fundamentais definidas por Hilary Jenkinson, criticando também as ideias de Schellenberg. Este discurso acontece em meio as mudanças e influências causadas pelo desenvolvimento da tecnologia no campo dos arquivos, impactando diretamente no trabalho do arquivista que precisa se preocupar em reformular a arquivologia para o enfrentamento dessa nova realidade, pois caso contrário tanto a área quanto o profissional estará fora do que vem sendo aceito como vanguarda intelectual

Em relação a Diplomática Arquivística ou Contemporânea e Estudos sobre tipologia documental e identificação, Tognoli e Guimarães (2009) afirmam que a diplomática foi desenvolvendo-se em um primeiro instante como Diplomática Histórica que preocupava-se com documentos medievais, sendo que após os estudos de Luciana Duranti sobre Diplomática Contemporânea

que preconiza os princípios da Diplomática para análise de documentos produzidos atualmente, ou seja, digitais, mas não somente eles, é que foi dado um passo fundamental no desenvolvimento da abordagem, pois considera que o trabalho arquivístico deve refletir o contexto de produção dos documentos o que não é uma questão fixa e acabada, mas sim vai mudando conforme muda a sociedade e suas necessidades, o que vem de encontro com o que afirma Rodrigues (2012, p.7) onde diz que "embora as práticas arquivísticas sejam bastante antigas, a Arquivologia, como disciplina, é um fenômeno contemporâneo e é como tal que devemos compreendê-la."

Outrossim, Tognoli e Guimarães (2009) são unânimes em afirmar que Luciana Duranti em seus estudos realizou uma união entre os princípios e métodos da arquivística com os diplomáticos resultando no desenvolvimento do que vem a chamar de diplomática arquivística contemporânea e/ou tipologia documental, onde salienta que os mesmos métodos aplicados aos documentos históricos e medievais podem ser usados para análise dos documentos contemporâneos, afim de garantir sua autenticidade, fidedignidade e acesso, procurando assim garantir fundamentação teórica para os problemas encontrados pelos arquivistas na atualidade a partir da grande produção documental resultante da tecnologia da informação.

2.4 DO OBJETO DE ESTUDO DA ARQUIVOLOGIA

O contexto e a conjuntura na qual está inserida uma área de conhecimento influenciam suas bases, princípios e teorias, de acordo com Schmidt (2012) o Brasil teve uma entrada tardia nas discussões a respeito do campo científico da arquivologia. As reflexões sobre a influência do progresso da tecnologia na arquivologia se desenvolveram de forma mais atrasada em relação a outros países devido à escassez de recursos para investir em tecnologia, fatores que conseqüentemente acabaram adiando as reflexões e discussões sobre o objeto de estudo da arquivologia.

A arquivologia foi profundamente marcada, em suas origens, pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos. A questão da arquivologia enquanto área do conhecimento, ou ciência, não era prioritária entre os autores da chamada "arquivologia clássica". O mapeamento de suas fronteiras disciplinares estava "dado" pelas suas características em termos de seu objeto, seus objetivos e métodos." (FONSECA, 2005, p. 55).

Assim, segundo o autor, compreendia-se o objeto da arquivologia clássica enquanto o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma determinada administração, sendo estes *fond d'archive* custodiados por uma instituição arquivística. Fonseca (2005) salienta que nesse sentido a principal entidade considerada eram os documentos de arquivo, enquanto artefatos físicos e suas interações orgânicas.

Bellotto (2002) em suas reflexões sobre os objetos, princípios e rumos da arquivologia defende ser possível considerar três objetos físicos, que são: o arquivo, isto é, os conjuntos documentais, o documento em si mesmo, enquanto indivíduo e o arquivo como entidade.

Igualmente, o maior objetivo da arquivística, em relação a todos esses objetos citados acima, é através de suas teorias, metodologias e aplicações práticas dar acesso a informação (informação arquivística). Bellotto (2009) relata que de outro ponto de vista, poderia-se entender a informação como um objeto intelectual da arquivologia, ponderando os demais como objetos físicos. No entanto, mesmo assim, na dicotomia existente entre objeto intelectual/objeto material talvez seja interessante considerar o dado enquanto objeto intelectual, permanecendo o acesso à informação, como o objetivo do fazer arquivístico.

Complementando tal afirmação em outra publicação Bellotto (2009, p.1) pondera que

Há teóricos que colocam a informação entre os objetos da arquivologia, considerando o seu objetivo maior o da organização da informação. Porém, na verdade não são informações o que se organiza em arquivos; trata-se antes da organização dos dados com vistas à informação. Assim, a transferência da informação não; é senão uma etapa de trabalho feita sobre um dos objetos da arquivologia - o documento, configurando-se antes como um segmento entre o dado contido no documento e o acesso à informação possibilitado pelas atividades arquivísticas.

Rondinelli (2014) considera como objeto de estudo da Arquivologia o documento arquivístico, compreendido nessa conjuntura como agregações, de qualquer natureza e de qualquer período, sendo o objetivo da Arquivologia o controle, comunicação e preservação dos documentos arquivísticos, de maneira contextualizada.

No final da década de 1990, conforme aponta Schmidt (2012), devido ao progresso da tecnologia documental os profissionais dos arquivos ao compreenderem que as ferramentas teóricas e práticas que tinham e a forma como as concebiam, não mais davam conta de atender as novas exigências impostas pela realidade do *Fazer*, chegam ao entendimento de que é necessário rever os princípios da área.

De acordo com Fonseca (2005, p.55) atualmente pode-se identificar duas abordagens predominantes que se complementam nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico. Uma que aponta um período de uma mudança de paradigma, e outra que identifica sua inserção em uma nova episteme (a pós-modernidade). As duas abordagens não são excludentes, mas sim reciprocamente referentes ambas reconhecem importantes mudanças na estrutura da área, na qual existe a possibilidade de a arquivologia evoluir como área de conhecimento autônoma. Tendo em vista o discutido no parágrafo anterior, nesta perspectiva de um novo paradigma, desloca-se o objeto de estudo

da arquivologia de arquivo para a informação arquivística ou informação registrada orgânica.

Com o surgimento da necessidade de realizar a gestão de documentos digitais desde o início da década de 1990, conforme aponta Santos (2015), vem se desenvolvendo o progresso da arquivística de uma fase custodial para uma fase pós- custodial, o que significa dizer de forma simplista, que modifica- se o enfoque do objeto de estudo da arquivística, passando de documento para informação nele registrada, entendendo informação enquanto informação arquivística.

Schimidt (2012), salienta que os debates a respeito do objeto científico da Arquivologia, se deu na fase referida anteriormente, denominada de Arquivologia contemporânea, principalmente a partir do que define como progresso da tecnologia documental. Esse entendimento coloca a arquivologia no rol "Custodial" x "Pós- custodial" e "pós-moderna". Vale ressaltar que as diferentes concepções que se constituíram são resultado do próprio processo de desenvolvimento da arquivologia, da mesma maneira que o atual momento que está passando.

A partir deste entendimento e decorrente das análises realizadas a autora aponta alguns termos entendidos como objeto de estudo da arquivologia: o arquivo enquanto conjunto de documentos de arquivo, o documento de arquivo, a informação orgânica registrada, a informação arquivística, a informação social e o *process- bound information*- informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto.

2.5 O ARQUIVO E DOCUMENTO DE ARQUIVO COMO OBJETO

Conforme Tanus, Renault e Araújo (2012, p. 158) "o conceito de documento não é algo novo e tampouco consensual entre professores e pesquisadores". Paes (2004, p. 26), por sua vez

considera que o documento consiste no “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”.

Schimidt (2012) destaca a esse respeito que o entendimento do arquivo ou do documento de arquivo como objeto de estudo da arquivologia está ligada inicialmente mais fortemente a ciência arquivística europeia, no sentido de que ao compreender um atributo científico para a área estavam necessariamente afirmando o arquivo enquanto seu objeto. Mais recentemente autores espanhóis também possuem essa compreensão como, por exemplo, Heredia Herrera (1991, p. 32), "não podemos perder de vista a tríplice dimensão do Objeto da Arquivologia, tampouco a sua ordem: arquivos, documento de arquivo e informação".

Segundo Tognoli e Guimarães (2009), outra autora que igualmente traz contribuições importantes para a Arquivologia é Luciana Duranti, a partir da década de 80, em seus estudos sobre Diplomática Arquivística contemporânea, defendendo o documento como objeto de estudo da área, além de reafirmar os princípios básicos da arquivologia inclusive no que se refere aos documentos em meio eletrônico, de acordo com Segundo Schimidt (2012, p. 237), Duranti afirma que "a Diplomática tem por objeto o documento isoladamente enquanto a Arquivologia ocupa-se do conjunto de documentos de arquivos", buscando em características atribuídas aos arquivos historicamente os instrumentos para dar embasamento ao seu ponto de vista de que o objeto da ciência dos arquivos é o documento de arquivo, entende este como a corporificação do fato.

Schimidt (2012, p. 238) salienta que ambas as percepções evidenciam valorizar o caráter instrumental dos documentos de arquivo, entendendo-a enquanto sua função jurídico-administrativa sem desprezar outros usos, e exatamente devido a esse fator que não colocam a arquivologia na perspectiva informacional, ou dizendo de outra forma, na Ciência da Informação.

2.6 A INFORMAÇÃO COMO OBJETO

Ao considerar a informação enquanto objeto de estudo da arquivologia, Schimidt (2012) didaticamente dividiu a discussão através de diferentes denominações dadas de acordo com o tipo de informação.

Primeiramente discorre sobre a informação social, que é representada principalmente pelos autores portugueses Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, dentro da perspectiva a que chama de "pós- custodial" e que coloca a arquivologia como disciplina da ciência da informação. Tal inserção é devido ao modelo de formação que constitui o curso de Licenciatura em Ciência da informação e que tem como Objeto científico a Informação social, definida por eles como:

Informação – conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada. (RIBEIRO, 2011, p. 66)

O autor referendado compreende que dentro deste prisma pós- custodial, o que se valoriza é a informação como fenômeno social, e não o suporte documental ou ao documento em si, pois possuem a compreensão de que não existe documento sem informação, mas que, existe informação para além do documento.

Já a perspectiva proposta pelos canadenses através da Arquivística Integrada, define como objeto da Arquivologia a informação orgânica, que vem a ser de acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 64-65) a informação

Elaborada, enviada ou recebida no âmbito da sua missão [organismo]. [...] a produção de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos do organismo. Sob essa designação são agrupados todos os documentos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos ou recebidos pelo organismo no exercício das suas funções.

Por utilizarem a palavra orgânica denota uma preocupação em estabelecer vínculos segundo Schmidt (2012), pois liga a informação ao seu contexto de produção, referindo-se igualmente ao registro de tais informações o que configura o arquivo institucional. A autora aponta que embora aparente "certo tratar-se de uma abordagem com foco na informação, mas justamente por afirmarem que a informação orgânica registrada é o que dá origem aos arquivos, subentende-se poderemos considerá-la como documento de arquivo."

Dessa maneira, Schimidt (2012) suscita uma dúvida por não encontrar uma diferenciação sólida no que diz respeito se o que os autores da Arquivística integrada entendem enquanto informação orgânica registrada não possa ser entendida como documento de arquivo disfarçado no discurso "informacional", pelo fato de nesse caso um documento não possuir suporte físico. Afirmam ainda usar a expressão orgânica por também existirem informações que não são orgânicas produzidas no entorno das organizações.

Santos (2015), possui a compreensão de que o objeto da disciplina arquivística é a informação orgânica registrada, sobretudo em sua representação estruturada (documento) e também em seu conjunto (arquivo), incluindo nesse rol o papel representado pelos arquivos como instituição, na preservação e na concessão do acesso às informações. Ademais a acepção da informação arquivística como objeto central da Arquivologia, surge do entendimento de que os outros objetos.

são derivações da informação e de aspectos relacionados ao seu tratamento, e não objetos distintos. Em se partindo da unidade central, informação arquivística, é possível chegar ao conceito de documento e, deste, ao de arquivo como fundo documental e, a seguir, ao de arquivo como unidade administrativa e/ ou instituição com responsabilidade por gerenciar essa informação. (SANTOS, 2015, p. 93)

Conforme aponta Schimidt (2012) Luis Carlos Lopes em seu livro *A informação e os arquivos*, datada do ano de 1996 possui papel fundamental no Brasil, no que se refere à divulgação de termos como "informação arquivística" e informação orgânica, tendo aporte na abordagem da arquivística integrada. Consoante, Lopes propõe para objeto da Arquivologia a informação registrada com características arquivísticas.

Tendo em vista tais perspectivas, torna-se interessante a afirmação de Fonseca (2005, p. 59)

O Objeto da arquivologia na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do "arquivo" para a informação arquivística, ou "informação registrada orgânica", expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida.

Sobre essa temática Bellotto (2012, p. 7) afiança categoricamente que

A “informação arquivística” não é informação tomada no sentido geral. Aliás, essa expressão é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum. A melhor expressão ainda é “documento de arquivo”, com todas as suas especificidades. A verdade é que aquela informação, a que está no arquivo, registrada no documento de arquivo, segue sendo o que era desde o momento da sua criação: informação administrativa, jurídica, financeira, econômica, política, técnica, científica, artística, etc. Não é “informação arquivística”! A informação arquivística, isto é, a de origem jurídica, administrativa, funcional, orgânica, é, antes de mais nada, prova, por mais simples que seja. Reiteremos, o documento de arquivo é informação que tem em volta de si características e atributos próprios, tem tempo e circunstâncias, é eivada do “vínculo arquivístico”. Ele é a sua ligação indissolúvel com as

funções e as atividades próprias da sua entidade produtora/acumuladora, seja ela pública ou privada, e com os outros documentos que compõem o respectivo arquivo.

Schimidt (2012) relata que o termo *Process-bound information* é utilizado por Theo Tomassen, sendo que este utiliza-se de uma periodização em que analisa a Arquivologia para explicar o uso da expressão. Inicialmente a fase pré-paradigmática que é a fase que a arquivologia se guiou por conceitos e técnicas do século XIX, e que tinha como objeto o documento único e isolado, e referente as necessidades administrativas tinha como objeto o fundo de arquivo, todavia não sendo considerada ciência.

A segunda fase é pelo autor denominada de Arquivologia clássica e possuía como objeto o conjunto de documentos criados ou recebidos por uma administração, tendo como a identidade fundamental o documento físico. Com o advento da tecnologia desenvolveram-se novas necessidades que não teriam como ser atendidas de forma tradicional pelo campo dos arquivos, gerando um novo paradigma, inserido nas abordagens pós-modernas. Assim o objeto deste, é o *process bound* de informações

Definindo-o como as informações geradas pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto de produção, estabelecendo assim o "vínculo processual". Nestes termos, a entidade fundamental é dupla, sendo tanto o documento individual, quanto sua relação com o processo de negócios a partir do qual foi criado. O objetivo deixa de ser apenas o acesso à informação e passa a prezar a qualidade arquivística, que representa a transparência, a força e a estabilidade duradoura do "vínculo entre a informação e os processos de negócio que a originaram." (SCHIMIDT, 2012, p.246)

A partir desse panorama, Schmidt (2012) refere que independente de qual dessas abordagens nos referirmos, o certo é que elas foram elaboradas mais recentemente independente da maneira como são representadas, surgindo posteriormente ao progresso da tecnologia documental e são embasadas principalmente em âmbito eletrônico. Justificam-se não somente por vivermos na sociedade da informação, mas também na necessidade de revistar, teorias, princípios e funções arquivísticas a partir da mudança no objeto de estudo da arquivologia. Algumas sustentam a inserção da área na Ciência da Informação e outras não necessariamente.

3 METODOLOGIA

Caracteriza-se como uma reflexão descritiva, de caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica, sobre o (s) objeto (s) de estudo da arquivologia e suas possíveis implicações epistemológicas no conhecimento em Arquivologia. Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 69) apontam a importância do método qualitativo na pesquisa em Arquivologia "com vistas a refletir a influência cada vez maior exercida pelas ciências sociais nos problemas relativos aos arquivos". Nesse contexto, ressalta-se que de acordo com Garcia e Schuch Júnior (2002), o campo da arquivística encontra-se em processo de desenvolvimento, entretanto, está presente na comunidade a insatisfação com os limites teóricos, devido a carência de pesquisas científicas na área.

4 RESULTADOS

As reflexões realizadas no decorrer da confecção deste estudo, partindo da trajetória percorrida no desenvolvimento da arquivologia e culminando nas diferentes concepções de objetos de estudo da área, esclareceram de forma significativa os questionamentos elencados inicialmente.

Entende-se que tanto os princípios, teorias quanto os objetos científicos de uma área de conhecimento, são frutos de construções e contextos que se formaram durante seu período de

desenvolvimento e vão sendo revisitados e repensados, muitas vezes modificando-se no decorrer do tempo.

Infere-se a partir das leituras realizadas que não há na arquivologia um consenso geral de qual é o seu objeto de estudo, pois encontrou-se na literatura da área diferentes denominações e entendimentos sobre qual vem a ser esse objeto, refletindo de certa maneira os desafios que a arquivologia tem enfrentado ao longo de seu desenvolvimento e afirmação como uma ciência autônoma. Acredita-se poder atribuir essa falta de consenso as mudanças acarretadas na área decorrentes do advento da tecnologia.

Percebeu-se também que até o surgimento da tecnologia e sua crescente expansão, não havia mudanças que suscitassem uma preocupação relativa a discutir sobre o objeto de estudo da arquivologia, pois até então parecia ser consenso que este era o documento ou o conjunto de documentos, por ser a necessidade que se colocava enquanto vigente em relação ao objeto de trabalho dos arquivistas.

Com o desenvolvimento da tecnologia incidiram modificações nas formas de produção e materialização dos documentos, acarretando alterações no material de trabalho dos arquivistas, que além do analógico, passaram a se deparar com o digital, suscitando discussões sobre uma possível mudança de paradigmas e entre estes o debate que vinha a sugerir que o objeto de estudo da arquivologia passou a ser a informação. Aos poucos, tais questões causaram uma dicotomia e uma falta de consenso na área sobre o assunto, situando a arquivologia como parte integrante e derivada das ciências da informação. Infere-se que essa inserção, pode vir a gerar uma perda de identidade da área, descaracterizando-a e fazendo com que precise dividir seu espaço de atuação com as chamadas "Marias" (Biblioteconomia e Museologia) dificultando assim a disputa de espaços pelos profissionais da área.

Encontrou-se que as duas definições mais comumente aceitas de objeto de estudo da arquivologia, pelos profissionais da

área, são a de documento e de informação. Todavia dentre essas duas existem derivações e/ ou subdivisões de tais definições, demonstrando ser uma temática mais profunda do que inicialmente havia sido previsto.

Inferese que essa chamada crise de paradigmas trouxe certa instabilidade a arquivologia, fazendo com que os profissionais questionassem vários elementos constitutivos da área e não somente seu objeto de estudo, sendo que este também sofreu as consequências de todo esse processo.

5 CONCLUSÃO

Este momento de síntese não é fruto de mero processo formal de pesquisa, restrito a resultados fechados e predeterminados. Durante o estudo, as sínteses foram sendo desenvolvidas, possibilitando evidenciar o contexto de desenvolvimento da Arquivologia e das definições de seu objeto de estudo, permitindo assim abarcar os objetivos propostos.

Inicialmente partiu-se de uma consideração de que existia uma dualidade no que se referia ao objeto de estudo da arquivologia (documento x informação), entretanto, constatou-se que essa é uma discussão bem mais ampla e que envolve outros conceitos e estudos dentro da área e que neste momento foram tratados de maneira mais sucinta, a fim de levantar elementos que venham a contribuir sobre o debate e desenvolvimento de teorias no campo da arquivologia. No entanto, tal questão poderá ser abordada num estudo posterior de forma mais aprofundada.

Assim como não é recomendado a separação da teoria da prática (práxis), considera-se igualmente não ser possível separar a informação de seu suporte, o que basicamente vem a ser a definição de documento de acordo com Di Mambro (2013) onde afirma que o documento “é toda informação registrada em um suporte material, suscetível de consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar”. Em consonância

com esse posicionamento destaca-se o entendimento de Silva (2010, p. 19) onde afirma o seguinte "informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento."

Dito isto reafirma-se a necessidade de não ser possível desvincular informação e documento e, portanto, tendo em voga tais premissas e após as leituras realizadas e as reflexões a respeito da temática destacada, considera-se como o objeto de estudo da Arquivologia, o documento de arquivo, com a finalidade de dar acesso à informação. Não tem-se com isso a pretensão de afirmar categoricamente tal entendimento como o correto em detrimento de outras formas de pensamento, mas sim colocá-lo enquanto posicionamento acerca das reflexões realizadas.

Entretanto, independente de se considerar o objeto de estudo da arquivologia, o documento ou a informação, é necessário definir parâmetros teóricos e investigativos a fim de embasar tais entendimentos, considerando e garantindo dessa forma, os elementos, princípios e teorias que darão fundamentação à arquivologia enquanto área do conhecimento autônoma.

REFERÊNCIAS

BARTALO, L.; MORENO, N. A. **Gestão em arquivologia:**

Abordagens múltiplas. Londrina: Eduel, 2008.

BELLOTO, H. L. **Arquivística:** Objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

BELLOTO, H. L. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **Ágora**. Florianópolis. v. 22, n. 44. 2012. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/402>>. Acesso em 3 maio, 2016.

BELLOTTO, H. L, **Arquivologia: objetivos e objetos**. [s.d.], [s. l.]. Disponível em: <<https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. C. E PASSERON, J.C. **A profissão de sociólogo- preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Trad. Luis Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

DI MAMBRO, G. R. **Glossário Básico de Arquivologia**. Universidade Federal de Juiz de Fora – Arquivo Central. Juiz de Fora, 2013.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GARCIA, O. M.; SCHUCH JUNIOR, V. F. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do Processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2002.

HEREDIA HERRERA, A. **Achivística general- Teoría y práctica**. 5. ed. Sevilla, Espanha, 1991.

JARDIM, J. M. A Pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. *In: Estudos avançados em Arquivologia*. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2012.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887/5619>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. (Tese de doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2008.

RODRIGUES, G. M. Construindo um objeto de pesquisa em Arquivologia: algumas reflexões. **Revista Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 69-90, jul./dez. 2012.

RONDINELLI, R. C. **A contribuição da diplomática para o fortalecimento dos estatutos epistemológicos da arquivologia na era digital** (Slides). Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: publicações Dom Quixote. 1998.
SANTOS, V. B. dos. **A Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos**. Salvador: 9Bravos. 2015.

SCHIMIDT, C.M.S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. (Tese de doutorado)- Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

SILVA, E. P. da. Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. , **Anais...** 2010. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3384/2510>>. Acesso em 3 maio, 2016.

TANUS, G. F. de S. C.; RENAULT, L. V.; ARAÚJO, C. A. A. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 2012. v. 8, n. 2, p. 158-174, jul./dez. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>>. Acesso em 30 abr. 2016.

TOGNOLI, Natália. A Arquivística e a Ciência da Informação: um diálogo possível?. 2011. **La Diplomatica**. Disponível em: <http://ladiplomatica.blogspot.com.br/2011_10_23_archive.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES; J. A. C.. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100003. Acesso em 28 abr. 2016.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. **A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico**: Perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. In: CONGRESSO ISKO-SPAIN,9. **Anais...** Valência, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2921994.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

THEORY OF KNOWLEDGE IN ARCHIVOLOGY AND ITS IMPLICATIONS, FROM YOUR IDENTIFICATION (S) SUBJECT (S) OF STUDY

Abstract: *Faced with frequently asked questions about the Archival Science of study, we sought to further research in the Work Completion of course, Archival Science / UFSM, based on the importance of research to gain more knowledge on the evolution of the files and your (s) object (s) study. It is understanding the Archival Science duality concepts for the object of study of this area (document and information). Based on the reflections over the activities in the course, such questions have become of great curiosity. The study was based on the identification of concepts used by different authors to establish concepts of object of study. The overall objective was to identify the ways of the theory of knowledge in Archival and its implications, based on identifying their (s) object (s) of study and specific objectives: to contribute to the epistemological reflections of the area; collaborate in the search for elements that provide theoretical foundations of archival science as knowledge; contextualize the development of concepts of archival science objects. The methodology was descriptive reflection, qualitative, based on literature. It is understood that both the principles, theories as scientific objects of an area, are the fruit of buildings and contexts that have formed during development and are being revisited / reconsidered, changing over time. It is believed not to be possible to separate information document and, therefore, in vogue these premises and after reflections on the theme, it is considered as an object of study of Archival Science, the record, to provide access to information.*

Keywords: *Archival Science. Document. Information.*

Originais recebidos em: 07/07/2016

Aceito para publicação em: 19/09/2016

Publicado em: 09/12/2016